

3

4

5

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



#### MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2017, às 9h30m, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Allia Gran Hotel Brasília Suítes, situado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5, Via N1 – Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, para participarem da XX Plenária Extraordinária do CBHSF. Participaram os seguintes membros titulares: Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais: Heloísa Cristina Franca Cavallieri Pedrosa, Servico Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito; Evanildo Pereira de Lima, EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento; João Raphael Silva de Queiroz, COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento; José Roberto Valois Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas; Ricardo Goulard Castilho de Souza por João Carlos de Melo, IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; Deivid Lucas de Oliveira, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; Ana Paula Bicalho de Mello, FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; José Cisino Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF - Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro: Vilma Martins Veloso, FEPAMG - Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais: Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Arnaldo Alves da Silva, Colônia de Pescadores Z-39; Altino Rodrigues Neto, Instituto Opará; Astácio Correia Neto por Ricardo Costa de Oliveira, ASF - Associação Ambientalista do Alto São Francisco; José Valter Alves, Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra, Instituto Guaicuy; Johann Gnalinger, IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; Elias da Silva, Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto, Instituto Ecoengenho; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Melchior Carlos do Nascimento, CREA/AL - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Alagoas; Honey Gama Oliveira, OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil/Sergipe; Manoel Uilton dos Santos, Povos indígenas Tuxá Rodelas; Cícera Leal Cabral, Povos indígenas - Pankará; Lessandro Gabriel da Costa - Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; João Barbosa de Oliveira - Prefeitura Municipal de Correntina; Ronaldo Melo por Luciano Duque de Godov Sousa - Prefeitura Municipal de Serra Talhada: José Marcos de Oliveira Vieira Silva -Prefeitura Municipal de Propriá; Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura Municipal de Penedo; Jimmu de Azevedo Ikeda, MI - Ministério da Integração Nacional/CODEVASF; Larissa Alves da Silva Rosa, MMA -Ministério do Meio Ambiente; Cristiane Collet Battiston, MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Participaram os seguintes membros suplentes: João Virgílio Felipe Lima, COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento: Cláudio Júlio Machado Mendonca Filho, DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe (no exercício da titularidade); João Eudes Pereira, Votorantim Metais Zinco S.A; Thaisi C. Tavares de Oliveira, Agrovale - Agro Indústrias do Vale São Francisco S.A; João Batista Araújo Silva, UNIVALE -Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó (no exercício da titularidade); Heráclito Oliveira de Azevedo, DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba; William Bertozzi Dornas, Náutico Três Marias; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z 60 de Juazeiro; Sonáli Cavalcanti Oliveira, CHESF -Companhia Hidrelétrica do São Francisco (no exercício da titularidade): Ana Catarina Pires Azevedo Lopes. Instituto Vila Flor; Adelson Toledo de Almeida, AMMESF - Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco (no exercício da titularidade); Vivien Viaro, UFBA - Universidade Federal da Bahia (no exercício da titularidade); Abelardo Antônio de Assunção Montenegro, UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco (no exercício da titularidade); Luiz Roberto Porto Farias, OAB/AL - Ordem dos Advogados do Brasil; Sandra Maria da Silva Andrade, CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (no exercício da titularidade); Wilson José da Silva - Prefeitura Municipal de Patos de Minas; Heitor Soares Moreira, SEMAD/MG - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no exercício da titularidade); Aderbal de Castro Meira Filho, SEMA/BA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (no exercício da titularidade); Marcelo Cauás Asfora, APAC - Agência Pernambucana de Águas e Clima (no exercício da titularidade); Gustavo Silva Carvalho, SEMARH/AL - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas (no exercício da titularidade): Pedro de Araújo Lessa, SEMARH/SE - Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF; Igor Souza Ribeiro, MME - Ministério de Minas e Energia (no exercício da titularidade). Justificaram ausência: Renato Constâncio - CEMIG; Márcio Pedrosa - ABES MG. Participaram também: Gabriela Litre, Diego Lindoso, Nelson Beral, Priscylla Dayse Mendes - UNB; Antônio Guitgards - SRH/MI; Jacqueline Fonseca,



57

58

59

60

61

62 63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



### MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

Manoel Vieira, Rúbia Mansur, Ana Cristina da Silveira, Célia Fróes e Alberto Simon - Agência Peixe Vivo; Herbert Rafael, Pedro Vilela, Paulo Vilela, Karla Monteiro, Delane Barros, Mariana Martins, Rodrigo Angelis -Comunicação CBHSF, TANTO Expresso; Humberto Gonçalves, Giordano Carvalho, Ney Murta, Flávia Simões Rodrigues - ANA - Agência Nacional de Águas; Edvan Ribeiro e Rodrigo Costa - Votorantim; Jair Tannus -SRH/MMA: Márcio Andrade, Ricardo Barros, Flávio Aragão - CODEVASF: Antônio Eustáguio Vieira - MOVER: Elba Alves - SEMA/BA; Paulo de Carvalho - AMBIMEX; Henrique Veiga - MMA; Priscilla Atalla; Anselmo Caires - CBH PASO; Luciana Khoury - Ministério Público da Bahia; Jaci Luiza Appelt Martins; Paula Freitas - Banco Mundial; Ina Thomé Picoli - IPEA; Fernando Fagionatto; Gustavo Gioretti - CNA; Paulenir Constancio - MMA; Julia Lopes Ferreira - Rede Clima; Francisco Santos - APOINME; Selma - CONAQ; Poliana Marcolino Corrêa -MPDG. A reunião Plenária iniciou, após atingir o quórum, com a cerimônia de abertura. Foi feito o informe sobre o tema da Plenária: "Atualização da Metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos" e sobre os demais pontos de pauta. Na sequência, a composição da mesa, com Anivaldo de Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco; Jair Vieira Tannus, Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental; Humberto Gonçalves, superintendente de apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas; Lessandro Gabriel, secretário do CBHSF; Dra. Luciana Khoury, Promotora de Justica do Estado da Bahia: Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio São Francisco: Almacks Silva, secretário da CCR Submédio São Francisco: Honey Gama, coordenador da CCR Baixo São Francisco. Após a execução do Hino, foi declarada aberta a XX Plenária Extraordinária do CBHSF e realizada homenagem para João da Conceição, membro titular do CBHSF representante da comunidade quilombola que faleceu em julho desde ano. Após o minuto de silêncio, Anivaldo Miranda lamenta o acontecido e reforça a grande papel desempenhado por João da Conceição no CBHSF. Na sequência passa a palavra para o Sr. Jair Tannus para seu pronunciamento. Este agradece o convite e fala da satisfação em ser convidado para esta reunião. Diz que o Programa de Revitalização é uma das prioridades do Ministério do Meio Ambiente e o CBHSF é um de seus grandes parceiros. Parabeniza o comitê por conseguir congregar uma diversidade de segmentos, e diz ser imprescindível que as políticas ambientais sejam cada vez mais participativas, para que tenham maior legitimidade, transparência e adequação às reais necessidades sócioambientais de cada região. Fala que o CBHSF é um pilar na qualificação do debate sobre as questões relacionadas aos recursos hídricos e na constante luta para a proteção do rio São Francisco. Reforça o compromisso do MMA com a revitalização e fala que com vistas a melhoria de vida da população da bacia, o ministro Sarney Filho, no seu primeiro mês de gestão, encaminhou à casa civil a atualização do Decreto que restabeleceu o programa de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Nessa nova estrutura, o CBHSF compõe o Comitê Gestor, presidido pela Casa Civil da presidência da República, juntamente com ministros e governadores dos Estados que compõem a bacia, explicitando assim a transversalidade do assunto e a prioridade do Governo Federal. Na ocasião do Decreto foi lançado o Plano Novo Chico, como carteira de investimento do Governo Federal, contendo ações estruturantes para revitalização da bacia, com horizonte de dez anos. Dentre as atividades executadas pelo MMA nesse último período destacam-se ações de fiscalização, programa de capacitação de gestores municipais e finalização do diagnóstico e início da fase de proposição de cenários e diretrizes para o macrozoneamento ecológico econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Anuncia que o Plano Novo Chico, por determinação do ministro Sarney Filho será o primeiro destino dos recursos oriundos das conversões das multas do IBAMA em ações de recuperação ambiental, cujo Decreto está pronto para ser editado pelo presidente da República. Salienta que as empresas que optarem pela conversão terão como incentivo um desconto de até 60% em relação ao valor total da multa. Diz que a proposta é lançar um edital para seleção de projetos de restauração florestal em larga escala, bem como para projetos que visem a recuperação de áreas degradadas e a conservação de água e solo. Sendo que a construção do mesmo deverá contar com a participação do CBHSF, tendo como base o Plano de Recursos Hídricos. Pede a ampliação do diálogo para estabelecimento de uma agenda conjunta com o CBHSF acerca de priorização de áreas e de projetos a serem apoiados. Finaliza dizendo que o desafio é imenso, mas com estratégias apresentadas e com o tratamento prioritário que o MMA está dando, está confiante de que haverá melhora nas condições sócioambientais da Bacia do São Francisco. Em seguida, o Sr. Humberto Gonçalves, representante da ANA agradece a oportunidade e fala que a ANA também faz parte do Plano Novo Chico, com uma importante contribuição no monitoramento hidrometeorológico da Bacia, com previsão de investimentos no valor de 50 milhões de reais em equipamentos de monitoramento até 2020. Ressalta o envolvimento da ANA no enfrentamento da crise hídrica. Explana sobre as reuniões que ocorrem toda segunda feira, onde se reúnem a ANA, CBHSF, Estados, Ministério Público e demais atores para definição dos caminhos que devem ser



110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



# MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

adotados para conseguir conviver e superar essa crise de recursos hídricos que assola a bacia do rio São Francisco. Parabeniza o CBHSF por estar discutindo, e hoje deliberando sobre a atualização da metodologia de cobrança de recursos hídricos na bacia, que desde sua implementação em 2006 não houve nenhum ajuste. Fala que essa discussão converge com as proposições da ANA para garantia da sustentabilidade do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Finaliza dizendo que a ANA também tem trabalhado fortemente na direcão de conseguir um processo e aumento do percentual dos recursos da cobrança para o custeio das agências de bacia. Agradece a oportunidade e coloca a Agência Nacional de Águas à disposição. Ato contínuo, a Dra. Luciana Khoury, promotora de justiça do estado da Bahia fala que a causa da crise hídrica e ambiental não é apenas pela falta de chuva, mas são diversos fatores que envolvem a questão. Todos os setores produtivos devem se enquadrar na nova realidade e se adequarem as novas condições. A forma de desenvolvimento posta para a bacia do rio São Francisco se mostrou insustentável. Fala da importância dos governos implementarem os instrumentos de gestão de recursos hídricos. Reitera a importância da revisão da metodologia de cobrança e informa que fez recomendação ao órgão ambiental da Bahia para que não concedesse novas outorgas para grandes empreendimentos, com base nas deliberações dos CBH Grande e CBH Corrente. Finaliza solicitando a reativação da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais do CBHSF. Após a mesa ser desfeita, o presidente do CBHSF. Anivaldo Miranda convida o coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobranca - CTOC, Sr. Deivid Oliveira e o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel para composição da mesa e condução dos trabalhos. Ainda com a palavra, Anivaldo Miranda fala que o ponto de pauta da aprovação da minuta da Ata da XXXII Plenária Ordinária será realizado na próxima plenária ordinária do CBHSF, sendo que esta reunião deverá focar no ponto de pauta principal que é a discussão sobre a nova metodologia de cobrança. Faz um breve retrospecto do tratamento dessa questão no contexto da diretoria colegiada do CBHSF. Informa que foi contratada uma empresa, através de processo licitatório para realizar todo trabalho, como diagnóstico de campo, resgate de experiências nacionais e internacionais no contexto da cobrança e sobretudo na realização de um trabalho exaustivo, paciente e participativo. Diz que a DIREC teve a preocupação de refletir os melhores conceitos sobre a metodologia para que ela aproxime da modernidade, além de que imprima alguns mecanismos que possam efetivamente estimular todos os usuários da água na construção clara e transparente de uma metodologia que premie a todos os usuários que querem, de fato, se alinhar nessa luta e fazer com a que a gestão de recursos hídricos ganhe sustentabilidade. Reitera a responsabilidade dessa nova metodologia, e que outros comitês poderão tomá-la como exemplo, assim como demais ações importantes do comitê. Agradece aos membros da CTOC e fala do grande trabalho institucional que o CBHSF tem desenvolvido, sendo este um grande exemplo de gestão compartilhada e participativa. Finaliza dizendo que o princípio do comitê é que os sacrifícios e riscos devem ser iguais para todos os usuários e segmentos e que todos levem em consideração o grande trabalho desenvolvido pelo comitê. Em seguida, Deivid Oliveira, coordenador da CTOC do CBHSF apresenta ao plenário todo o trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica na abordagem da atualização da metodologia de cobrança, desde 2015. Fala das discussões iniciais, do processo de licitação, da contratação da empresa Gama Engenharia e da discussão dos quatro produtos, sendo o último um simulador de cobrança. Diz que existiram momentos em que não houve consenso, sendo necessário realizar votação. Cada segmento trouxe novas propostas que foram avaliadas. Reitera que a metodologia traz inovações e está focada na aplicação de boas práticas por parte dos usuários. Se coloca à disposição e passa a palavra para Alberto Simon, diretor técnico da Agência Peixe Vivo para apresentar a nova metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do rio São Francisco. Este cumprimenta a todos e explana sobre a Deliberação de aprovação da atualização da metodologia de cobrança. Fala que a metodologia vigente foi aprovada em 2008 e até o momento não sofreu nenhuma atualização. Diz ainda que a cobrança começou de forma simples. Explana sobre o que mudou: possibilidade de medir vazões realmente utilizadas; estabelecimento de coeficientes (K) de boas práticas; cobrança do lançamento de efluentes pela vazão que ficará indisponível no curso de água; atualização dos preços públicos unitários (PPU) em vinte por cento. Detalha as fórmulas de cobrança pela captação de água e lançamento de efluentes. Apresenta algumas simulações com usos da irrigação e saneamento. Finaliza apresentando os critérios para atualização dos Preços Públicos Unitários, como necessidade de atualização de preços para fazer face aos investimentos programados aprovados no PRH SF. Na sequência, o presidente do CBHSF passa a palavra para os membros do plenário. Ana Paula, da FAEMG, diz que não existiu consenso dentro da CTOC, sendo que a proposta da nova metodologia foi muito boa para todos os setores, exceto para a irrigação. Fala que a questão das boas práticas realmente é muito importante, mas pede que a matéria retorne à CTOC para amadurecimento das discussões e consenso. Heráclito Azevedo, DICOP, fala sobre a crise no baixo São Francisco devido à redução



164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181 182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



# MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

de vazões do rio São Francisco. Pede que o Baixo São Francisco seja tratado de forma específica na atualização da metodologia de cobrança. Na sequência, José Cisino, AIBA, diz concordar com o reajuste, mas não concorda com os índices a serem aplicados para o segmento de irrigação. Reitera o encaminhamento da Ana Paula para que a matéria retorne à CTOC. Com a palavra, Deivid Oliveira diz que houve momento que realmente não houve consenso, inclusive em propostas que ele mesmo apresentou para o setor da indústria. mas houve a votação. O diretor técnico da Agência Peixe Vivo fala que houve negociação, sendo todos os assuntos esgotados, mas que para algumas propostas houve votação. Exemplifica que o segmento de saneamento perdeu algumas propostas em votação. Diz que toda discussão e votações estão registradas em ata. Com a palavra, Marcelo Asfóra, APAC, pede esclarecimentos em relação a cobrança permitida na retirada de água além da outorga. Sugere a inserção de um artigo, que em caso de restrição hídrica, reconhecida pelo órgão outorgante e pelo Comitê, haja a suspensão da cobrança e pede esclarecimento sobre o coeficiente Kgestão. Na sequência, João Batista, UNIVALE, pede avaliação especial para os perímetros públicos irrigados. Em seguida, Luiz Dourado fala que o preço da água é insignificante e está se aplicando uma correção justa. Com a palavra, Giordano Carvalho, ANA, explica que assim como outras metodologias de cobrança há possibilidade da cobrança por um volume de água medido, que é superior ao volume de água outorgado. Mas isso não significa uma autorização para uma medição de água major do que a outorga permite, simplesmente possibilita uma cobrança por aquilo que foi utilizado efetivamente. Caso o usuário meça um volume maior que a outorga, ele deve pagar por isso, é um uso ilegal, sendo o Órgão Gestor responsável por tomar as providências cabíveis. Com a palavra, Adson Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro, fala sobre as ações de preservação dos produtores rurais e pede que seja revista a proposta para o K manejo de irrigação, K manejo do solo e dos sistemas de irrigação. Na sequência, Jadir Silva, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais, reitera a fala do Adson e diz não ser contra o aumento, porém que o mesmo deve ser equalizado. Com a palavra, Evanildo Lima, EMBASA, pontua que o peso dado aos descontos nas equações são insignificantes, não vê o estimulo aos bons usuários de forma corajosa. Sugere que se vote a questão ainda hoje e que se aprove a mesma com ressalvas. Após diversas discussões, Roberto Lobo, CASAL, fala que participou de toda discussão junto à CTOC. Fala que o setor de saneamento, atualmente, paga cinco milhões e meio, com cento e trinta e sete pagantes. Já o setor de irrigação, de um total de dois mil seiscentos e trinta e nove usuários, mil trezentos e trinta e sete pagam, sendo que existem usuários de irrigação expressivos que não pagam a cobrança, e os que pagam, pagam dois milhões e oitocentos mil reais. Fala que existe um número de não pagantes muito grande. Informa ainda que o que foi discutido na CTOC não foram benefícios para o setor de saneamento, nem para indústria. Diz que a CASAL irá se readequar, com investimento de vinte milhões, para diminuição das perdas por distribuição, neste sentido é necessário que haja avanços e readequações a nova realidade, e como membro da CTOC, diz que não se deve discutir o assunto novamente no âmbito da Câmara se não houver fatos novos. Após demais contribuições por parte dos membros do comitê, a Dra. Luciana Khoury, ratifica as palavras de Abelardo Montenegro, que destacou a necessidade de pensar na sustentabilidade hídrica da bacia, sendo que a agricultura representa 70% do consumo hídrico da bacia. A promotora de justiça fala ainda que não se deve ser contra a atividade produtiva, mas é preciso que essa atividade entenda os impactos que ela causa na bacia, sendo assim uma mudança na forma de trabalho do segmento. No que se refere a questão levantada por Marcelo Asfora diz que a cobrança por usos superiores ao volume outorgado não importa em direito adquirido ou expectativa de direito para outorga, e será passível de sanções administrativas, cíveis e penais. Ato contínuo, a palavra é franqueada ao presidente do CBHSF que lembra das reuniões extraordinárias realizadas nas quatro Câmaras Consultivas Regionais e os custos das inúmeras reuniões para tratar sobre esse assunto. Portanto, depois de todo o investimento de tempo, recursos financeiros com as reuniões, com a empresa contratada, não faz sentido que a matéria retorne para CTOC, mas que deixará a plenária decidir a respeito. Na sequência, José Cisino, Ana Paula Mello, Adson Ribeiro e Jadir Silva solicitam vistas ao processo. Nesse sentido, o presidente do Comitê explica que o Plenário deverá votar duas vezes. A primeira para saber se a discussão volta ou não à CTOC, e a segunda se o plenário concorda ou não com o pedido de vistas. Votação 1 - Se a matéria retorna ou não para CTOC, sendo a proposta 1 - retorna à CTOC, proposta 2 - não retorna. Após a contagem dos votos, o Plenário decide que a matéria deverá ser votada hoje no Plenário, não retornando para a CTOC. Foram 11 votos a favor do retorno e 34 votos para manter a matéria para votação do plenário. Na sequência. o presidente do CBHSF coloca em votação o pedido de vistas. Proposta 1 - não concordam com o pedido de vistas, proposta 2 - concordam com o pedido de vistas. Após a contagem dos votos, o Plenário decide pela não aceitação do pedido de vistas. Votos contra o pedido de vistas: 32 - votos a favor do pedido de vistas: 12. Deivid Oliveira justifica seu voto a favor do



218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



## MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

pedido de vistas. Fala que não é contra a proposta da deliberação, entende apenas que qualquer representante tem direito a pedir vistas. Em seguida, o presidente do CBHSF coloca em votação a aprovação da Deliberação do CBHSF que atualiza, estabelece mecanismos e sugere novos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Após a contagem dos votos a Deliberação é aprovada com 40 votos a favor. 5 votos contrários e 2 abstenções (Jadir Silva e João Batista). Com a palavra, Cristiane Battiston, Ministério do Planejamento parabeniza o trabalho realizado e as evoluções da metodologia, se diz preocupada com a pouca discussão desse tema em reunião plenária. Sugere que quando se tiver uma deliberação a ser aprovada pelos membros do CBHSF se anexe uma Nota Técnica da Agência Peixe Vivo. Na sequência, Jadir Silva justifica a abstenção do seu voto, em que concorda com a atualização da metodologia, mas discorda de alguns índices que causaram impactos no setor de irrigação. Mesmo fundamento dado por José Cisino para justificativa o voto contrário. Após o intervalo do almoço, Honey Gama, coordenador da CCR Baixo São Francisco, justifica a ausência do secretário Lessandro Gabriel, e conduz os trabalhos. Passa a palavra para representantes da empresa de comunicação do CBHSF, Tanto Expresso, para apresentarem o novo site do Comitê. Após mostrarem toda a usabilidade, ferramentas, novidades e funções do novo site, o presidente do CBHSF fala que no futuro próximo o CBHSF irá fazer transmissão ao vivo das reuniões plenárias pela internet e montar um sistema de vídeo conferências, principalmente para reuniões das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Em seguida, a palavra é franqueada ao coordenador da CCR Médio São Francisco, Ednaldo Campos, que solicita a projeção de um vídeo que mostra a degradação da Lagoa de Itaparica, um dos maiores bercários do rio São Francisco, localizado em Xique-Xique e Gentio do Ouro. Pede auxilio do CBHSF na elaboração de projeto emergencial para a lagoa marginal. Honey Gama pede que a demanda seja encaminhada via Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco. Em seguida, Anivaldo Miranda passa para o ponto da pauta para discussão sobre a minuta de Resolução ANA que dispõe sobre as condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, composto pelos reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó. O presidente faz um retrospecto da discussão da matéria. Quando começou a crise em 2013, o CBHSF sugeriu à ANA a criação de um espaço para discussão e acompanhamento da crise, que de fato foi feito e atualmente o acompanhamento é semanal, todas as segundas-feiras. Diz que essas reuniões tem sido uma grande experiência de construção de consensos e discussões. O CBHSF defende que em uma situação de crise todos devem repartir igualitariamente os sacrifícios e os riscos, assim como, que se estabelecam estratégias para que nos próximos cenários de crise, já estejamos mais preparados para agir. A partir disso, o CBHSF insistia na necessidade de repensar o papel dos reservatórios, suas funções e as regras de operação. A ANA criou o Grupo de Trabalho São Francisco, destinado a discutir novas regras de operação, em que o CBHSF apresentou contribuições através de relatórios. Fala que o CBHSF criou um Grupo de Trabalho que substitui o antigo GTOSF que já debruçou na Resolução ANA que está hoje em discussão para levantar propostas que serão enviadas oficialmente com a visão do Comitê sobre a Resolução. Esse grupo é composto pela Diretoria Executiva do Comitê, Yvonilde Medeiros, Valmir Pedrosa, Almir Cirilo, Ailton Rocha e Pedro Molinas. Com a palavra, Joaquim Gondim, ANA, fala que a Agência Nacional de Águas está em um processo de aproximações para ter uma visão mais ampla de novas perspectivas da bacia. Diz que a questão não é uso preponderante, é como conciliar os diversos usos nessa nova realidade de mudanças climáticas, de grande variabilidade das vazões. Neste momento a ANA está aquardando algumas contribuições para a Resolução, sendo que as mesmas devem ser mais objetivas. Sugere que antes do encaminhamento oficial, seja discutido em reunião com a ANA para fechamento da proposta do CBHSF. Em seguida, Sonáli Cavalcanti, CHESF, esclarece alguns pontos da minuta de Resolução ANA sobre a operação dos reservatórios. Fala que as regras, diretrizes e restrições de operação sempre existiram, agora há necessidade de aprimoramento para fazer frente à condição atual de baixa hidraulicidade, que se instalou na bacia desde 2013. Fala que lhe causou estranheza o fato de duas entidades membros deste Comitê que trabalham com a operação dos reservatórios, não terem sido convidadas a participar do GT/CBHSF para análise da minuta da resolução ANA. Finalizando, ressalta a necessidade de o Comitê interagir discutindo internamente o assunto, com todos os membros, antes de pronunciar-se para a ANA, haja vista que será uma visão do CBHSF. Na sequência, o presidente do CBHSF fala que acreditava que o setor já estava contemplado na discussão, porém não há problema na inclusão da CHESF e CEMIG, se assim quiserem, fazerem parte do Grupo de Trabalho. Fala também que quando o documento do CBHSF estiver finalizado, antes do encaminhamento oficial à ANA, a discussão será realizada em Plenário. Solicita que na próxima reunião do Grupo de Trabalho a CHESF e CEMIG sejam convidadas. Em seguida fala sobre o Projeto Legado, que é fazer uma análise, reflexão sobre as duas décadas de existência da Política de Recursos



272

273

274

275

276

277278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO



# MINUTA DA ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

Hídricos. Explica que a ANA trabalhou em uma série de propostas e apresentou as mesmas como minutas de resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, minutas de projetos de leis e normas, sendo que abriu o Projeto para amplo debate. Também foi criado um Grupo de Trabalho dentro do CBHSF para debater e fazer proposições ao Projeto Legado. Esse grupo é formado pela Diretoria Executiva do CBHSF, Ana Catarina Lopes, Deivid Oliveira, Yvonilde Medeiros, Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Luiz Roberto Porto Farias e Honey Gama. Diz que há propostas interessantes no Projeto, como por exemplo, passar o custeio das Agências de Bacia de 7,5% para 15%, mas há também propostas perigosas como a criação de comitês de bacia em forma modular em regiões como Nordeste, Amazônia, etc. Na sequência, franqueia a palavra para Maurício Andrés, da ANA, para apresentar o Projeto Legado. Este agradece a oportunidade e fala que aproveitando a oportunidade de 20 anos da Lei das Águas e do 8º Fórum Internacional, o Projeto Legado busca fazer uma avaliação crítica e verificar o que pode ser melhorado nas normas, resoluções, leis e decretos para consequirmos enfrentar a realidade do século XXI. Explana sobre o objetivo principal e os específicos do Projeto e informa que o documento já está na sua segunda versão. Explana também sobre os desafios das propostas, desdobramentos das mesmas, a metodologia de construção do documento e a divulgação do Projeto. Agradece a oportunidade e se coloca à disposição. Ato contínuo, Ana Catarina, coordenadora da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHSF e membro do GT Legado, explana sobre o trabalho já desenvolvido pelo grupo e os próximos passos para finalização das propostas do CBHSF ao Projeto Legado. Faz algumas observações que o GT já levantou em relação do Projeto Legado. Em seguida, Elias Silva pede que o CBHSF leve ao Ministério da Integração a solicitação de um relatório sobre a barragem de Barreiros, a ser entregue posteriormente ao CREA de Pernambuco para emissão do laudo oficial. Além disso, solicitar ao mesmo órgão um pronunciamento sobre o roubo de água da transposição, pois não está chegando a água que sai do canal. Anivaldo Miranda fala que levará essas questões ao Conselho Gestor da Transposição. Com a palavra, Jimmu Ikeda, Ministério da Integração Nacional, explica que o ministério ainda não respondeu ao CREA de Pernambuco porque ainda não tem laudos das causas, sendo que foi contratado consultor para verificação dos fatos, e logo quando o trabalho for concluído irá encaminhar as informações. Sobre a questão do roubo da água, fala que a ANA fez um estudo que concluiu que a perda no caminho é normal. Em seguida, Antônio Jackson convida a todos para audiências públicas nas câmaras de vereadores nos Estados de Sergipe e Alagoas. Após demais contribuições dos membros do Comitê, Wilson José, representante da Prefeitura de Patos de Minas fala sobre a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre CBHSF, Agência Peixe Vivo e IEF para reativação do viveiro de mudas de Patos de Minas. Ao final, Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, agradece a presença de todos e diz que o dia de hoje fortaleceu o Comitê do São Francisco. Declara encerrada a XX Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Ata da XX Plenária Extraordinária do CBHSF, realizada em Brasília/DF em 25 de agosto de 2017, aprovada na XXXIII Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em Paulo Afonso/BA no dia 07 de dezembro de 2017.